



**Caderno Administrativo
Conselho Superior da Justiça do Trabalho**

DIÁRIO ELETRÔNICO DA JUSTIÇA DO TRABALHO

PODER JUDICIÁRIO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Nº3692/2023

Data da disponibilização: Terça-feira, 28 de Março de 2023.

<p>Conselho Superior da Justiça do Trabalho</p> <p>Ministro Conselheiro Lelio Bentes Corrêa Presidente</p> <p>Ministro Conselheiro Aloysio Silva Corrêa da Veiga Vice-Presidente</p> <p>Ministra Conselheira Dora Maria da Costa Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho</p>	<p>Setor de Administração Federal Sul (SAFS) Quadra 8 - Lote 1, Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF CEP: 70070943</p> <p>Telefone(s) : (61) 3043-3710 (61) 3043-3658</p>
--	--

Conselho Superior da Justiça do Trabalho

Ato

ATO CONJUNTO

ATO CONJUNTO TST.CSJT.GP Nº 18, DE 24 DE MARÇO DE 2023.

Altera o § 6º do artigo 7º do Ato Conjunto TST.CSJT.GP nº 26, de 4 de abril de 2022.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO E DO CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

R E S O L V E

Art. 1º O § 6º do artigo 7º do Ato Conjunto TST.CSJT.GP nº 26, de 4 de abril de 2022, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º

§ 6º Para as atividades administrativas de apoio, poderão ser indicados até 2 (dois) servidores do gabinete para a realização de, no máximo, 2 (duas) horas extras diárias por servidor, excluindo os ocupantes de cargos em comissão, e apenas nos dias úteis (segunda a sexta-feira).

.....”

Art. 2º Este Ato entra em vigor em 1º de abril de 2023.

LELIO BENTES CORRÊA
Presidente

ATO CONJUNTO TST.CSJT.GP Nº 20, DE 27 DE MARÇO DE 2023.

Institui o Programa Startups JT e define a composição da Comissão de Avaliação.

O VICE-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA do TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO e do CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO, no uso da atribuição prevista no inciso XXVI do art. 9º do Regimento Interno do CSJT,

RESOLVE:

Art. 1º Instituir o Programa Startups JT.

Art. 2º O Programa Startups JT tem como objetivo fomentar, desenvolver e acelerar projetos de inovação e de automação da atividade judiciária,

bem como selecionar e apoiar o desenvolvimento de projetos de inovação e automação capazes de impactar e gerar melhorias no dia a dia das magistradas, dos magistrados, das servidoras e dos servidores da Justiça do Trabalho e de aprimorar o trabalho das unidades judiciárias dos Tribunais Regionais do Trabalho, do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, em busca da eliminação ou da redução de tarefas repetitivas, antiprodutivas e dispendiosas.

Art. 3º Os projetos submetidos ao Programa Startups JT serão avaliados e acompanhados pela Comissão de Avaliação composta pelos seguintes membros:

- I - ALEXANDRE DE SOUZA AGRA BELMONTE, Ministro do Tribunal Superior do Trabalho;
- II - MARIA HELENA MALLMANN, Ministra do Tribunal Superior do Trabalho;
- III - BRÁULIO GABRIEL GUSMÃO, Secretário-Geral do CSJT e Juiz do Trabalho;
- IV - ROBERTA DE MELO CARVALHO, Juíza Auxiliar da Vice-Presidência do Tribunal Superior do Trabalho;
- V - LÚCIA ZIMMERMANN, Juíza Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho;
- VI - MAURICIO SCHMIDT BASTOS, Juiz do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região;
- VII - HERBERT BEZERRA PARENTE, Servidor do Conselho Superior da Justiça do Trabalho;
- VIII - JOSÉ FRANCISCO PEREIRA NOTARO, Servidor do Conselho Superior da Justiça do Trabalho;
- IX - ÉRICA CRISTINA DÓREA ROSSITER, Servidora do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região;
- X - CRISTIANE DE MELO MATTOS SABINO GAZOLA, Servidora do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região;
- XI - GUSTAVO BESTETTI IBARRA, Servidor do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região;
- XII - SISENANDO GOMES CALIXTO DE SOUSA, Servidor do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.

Art. 4º O regulamento completo do programa encontra-se anexo a este Ato (doc. 0336385) assim como no endereço eletrônico www.csjt.jus.br/startupjt.

Art. 5º A vigência do programa é de março de 2023 a setembro de 2024.

Art. 6º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA
Ministro Vice-Presidente do Tribunal Superior do Trabalho
e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, no exercício da Presidência

Anexos
Anexo 1: Download

ATO CONJUNTO TST.CSJT.GP Nº 26, DE 4 DE ABRIL DE 2022* (Republicação)

Dispõe sobre a prestação de serviço extraordinário no Tribunal Superior do Trabalho e no Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO E DO CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

considerando a necessidade de estabelecer regramento único, geral e uniforme sobre a prestação de serviço extraordinário para todas as unidades do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho;

considerando o teor do Acórdão relativo ao Processo de Consulta nº 0005710-16.2009.2.00.0000 do Conselho Nacional de Justiça, que fixou o divisor a ser utilizado para obtenção do salário-hora para pagamento de horas extras aos servidores do Poder Judiciário;

considerando a necessidade de estabelecer critérios de fixação de cota para realização de jornada extraordinária pelos servidores lotados nas unidades vinculadas à Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação do Conselho Superior da Justiça do Trabalho que desenvolvam atividades pertinentes a implantação, evolução, desenvolvimento, manutenção, sustentação, suporte e operação do Sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe) instalado na Justiça do Trabalho, bem como que participem da supervisão, gerenciamento ou integrem equipes de projetos voltados à evolução e/ou aperfeiçoamento do Sistema PJe;

considerando a determinação constitucional do repouso semanal remunerado preferencialmente aos domingos;

considerando o disposto nos arts. 19, 73 e 74 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; na Resolução CNJ nº 88, de 8 de setembro de 2009; no Ato DILEP.CIF.SEGPES.GDGSET.GP nº 232, de 14 de maio de 2018; no Ato CSJT.GP nº 163 de 27 de junho de 2018; e no Ato Conjunto TST.CSJT.GP nº 22, de 3 de junho de 2016;

considerando a Resolução do STF nº 763, de 22 de fevereiro de 2022, que dispõe sobre a prestação de serviço extraordinário no Supremo

Tribunal Federal;

considerando o retorno de 100% da atividade presencial no Tribunal Superior do Trabalho (Ato Conjunto TST.GP.GVP.CGJT nº 89, de 2 de março de 2022), e a necessidade de restaurar a prestação jurisdicional célere, e reduzir os prejuízos decorrentes do período da pandemia;

considerando o aumento no número de processos conclusos entre 2020 e 2021 nos Gabinetes de Ministros, de 259.998 para 303.290, o que representa uma majoração de 16,65%,

R E S O L V E

CAPÍTULO I Das Disposições Preliminares

Art. 1º A prestação de serviço extraordinário no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho observará o disposto neste Ato.

Seção I Do Serviço Extraordinário

Art. 2º Considera-se serviço extraordinário aquele que exceder a jornada de trabalho regular do servidor e que seja necessário para o atendimento de situações excepcionais e temporárias, devidamente justificadas.

§ 1º O estabelecido no caput deste artigo não se aplica ao acréscimo da jornada decorrente da compensação de horários efetuada por servidor estudante ao qual tenha sido concedido horário especial.

§ 2º Não será devida hora extra ao servidor que cumprir jornada de até 8 (oito) horas, ressalvada a hipótese de servidor que exerça profissão regulamentada, não se admitindo jornada ininterrupta.

§ 3º Em dias declarados como de ponto facultativo, somente será considerado como serviço extraordinário aquele que exceder a jornada diária regular do servidor.

§ 4º É vedada a prestação de serviço extraordinário no horário compreendido entre as 22 horas de um dia e as 7 horas do dia seguinte, ressalvadas as situações excepcionais devidamente comprovadas.

§ 5º As horas extras deverão ser prestadas preferencialmente nos dias úteis, sendo admitido serviço extraordinário aos sábados, domingos, feriados e recessos previstos em lei somente nos seguintes casos:

I – atividades essenciais que não possam ser exercidas em dias úteis;

II – eventos que ocorram nesses dias, caso seja impossível adotar escala de revezamento ou realizar a devida compensação;

III – situações decorrentes de fatos imprevisíveis e urgentes que requeiram imediato atendimento.

Art. 3º Poderão prestar serviço extraordinário os servidores em exercício no Tribunal Superior do Trabalho e no Conselho Superior da Justiça do Trabalho, inclusive os ocupantes de cargo em comissão.

Parágrafo único. É vedada a realização de serviço extraordinário por servidor que trabalhe em escala de plantão ou em regime de teletrabalho, bem como por servidor com horário reduzido em decorrência de recomendação médica ou de amamentação.

Seção II Dos Limites

Art. 4º A prestação de serviço extraordinário somente se dará a partir da nona hora diária, ressalvada a hipótese do § 2º do art. 2º, no limite de 10 (dez) horas extras semanais e 180 (cento e oitenta) anuais.

§ 1º Os limites de que tratam o caput deste artigo poderão ser ultrapassados, em caráter excepcional, mediante autorização do Presidente.

§ 2º Aos sábados, domingos, feriados e recessos previstos em lei será permitida a prestação de serviço extraordinário de, no máximo, dez horas, com intervalo de, no mínimo, uma hora de descanso para o serviço prestado por período superior a 7 (sete) horas.

§ 3º Salvo a previsão contida no § 1º deste artigo, as horas que excederem os limites fixados neste Ato serão consideradas somente para fins de banco de horas, observados os limites e os critérios estabelecidos na norma pertinente.

§ 4º É vedada a utilização de horas de crédito para fins de banco de horas e para pagamento de horas extras concomitantemente.

Seção III Do Recesso Forense

Art. 5º Durante o recesso forense, que compreende o período de 20 de dezembro a 6 de janeiro, as Secretarias do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho funcionarão em regime de plantão, das 13h às 18h, exceto em 24 e 31 de dezembro, que será das 8h às 12h, se houver necessidade de funcionamento nesses dias.

§ 1º As unidades do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho funcionarão em regime de escala, com quantidade mínima de servidores, a ser definida pelo titular com a aprovação prévia do Secretário-Geral da Presidência, do Secretário-Geral

Judiciário, do Diretor-Geral da Secretaria ou do Secretário-Geral do Conselho, conforme o caso.

§ 2º A jornada de trabalho, nesse período, será consignada para compensação ou remunerada como serviço extraordinário, observando-se:

I - na hipótese de serem consignadas para compensação, as horas de trabalho prestado serão computadas em dobro;

II – no caso de serem remuneradas como horas extras, será observado o limite máximo de 5 horas diárias para pagamento, sendo o excedente computado como hora de crédito.

§ 3º Por conveniência do serviço, motivada e formalmente fundamentada, o servidor poderá cumprir turno diferenciado, desde que observado o limite máximo da jornada de trabalho estabelecido no § 2º.

§ 4º As horas negativas existentes no sistema de controle de ponto eletrônico no mês de dezembro serão debitadas das horas de trabalho prestado no recesso forense.

CAPÍTULO II Da Solicitação

Art. 6º A solicitação de autorização para a prestação de serviço extraordinário deverá ser feita pelo titular da unidade, mediante ofício ou memorando, conforme o caso, e estar acompanhada de plano de trabalho preenchido pela unidade solicitante, contendo:

I – descrição da situação excepcional e temporária, justificando a prestação de horas extras;

II – indicação das tarefas a serem realizadas;

III – período e horário previstos para sua realização;

IV – relação nominal e código dos servidores designados;

V – indicação do responsável pela supervisão das horas extras e pelo cumprimento dos requisitos fixados neste Ato.

Seção I Dos gabinetes de Ministros

Art. 7º Para os gabinetes de Ministros, o plano de trabalho relativo à análise de processos deverá estabelecer cotas de processos e observar, além dos parâmetros e critérios constantes do artigo 6º e dos demais estabelecidos neste Ato, o seguinte:

§ 1º A cada servidor será atribuída uma cota extraordinária semanal de processos, nos seguintes termos:

I – para cota cheia, será atribuída a quantidade mínima de 10 (dez) processos; e

II – para meia cota, será atribuída a quantidade mínima de 5 (cinco) processos.

§ 2º O limite total mensal do somatório das cotas semanais extraordinárias deve corresponder, no máximo, a 30% do número de processos solucionados por decisão monocrática ou liberados para pauta no mês pelo Ministro Relator.

§ 3º Nas hipóteses em que o início do mês não ocorrer na segunda-feira ou o término do mês não ocorrer na sexta-feira ou no sábado, a cota semanal será proporcional à quantidade de dias da respectiva semana do mês de referência, respeitados os limites fixados no caput do artigo 4º deste Ato.

§ 4º Não poderá ser incluída na cota semanal extraordinária a elaboração de minuta de voto referente a Agravo e a Agravo Regimental interposto a despacho exarado em processo de competência do Ministro Relator nas Turmas e nas Sessões Especializadas, nem a elaboração de minuta referente a Embargos de Declaração em todos os órgãos judicantes.

§ 5º Considerando a impossibilidade do exercício do juízo primeiro de admissibilidade de recurso extraordinário mediante decisão colegiada, a justificar tratamento diferenciado para prestação de horas extras no Gabinete da Vice-Presidência, poderá ser incluída em sua cota semanal extraordinária a elaboração de minuta de voto referente a Agravo Interno resultante do aludido juízo de admissibilidade de recursos extraordinários.

§ 6º Para as atividades administrativas de apoio, poderão ser indicados até 2 (dois) servidores do gabinete para a realização de, no máximo, 2 (duas) horas extras diárias por servidor, excluindo os ocupantes de cargos em comissão, e apenas nos dias úteis (segunda a sexta-feira). (redação dada pelo ATO CONJUNTO TST.CSJT.GP nº 18/2023)

§ 7º A comunicação do cumprimento das cotas fixadas no plano de trabalho relativo à análise de processos será feita na forma do artigo 18 do presente Ato e não afasta a observância do disposto nos artigos 16 e 17.

§ 8º Poderão ser indicados para realização de jornada extraordinária no Gabinete da Vice-Presidência, além de seus próprios servidores, os servidores da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho e da Presidência. (redação dada pelo ATO CONJUNTO TST.CSJT.GP Nº 69/2022)

Seção II Do Aperfeiçoamento do PJe-JT

Art. 8º Para o aperfeiçoamento do Sistema Processo Judicial Eletrônico instalado na Justiça do Trabalho (PJe-JT), o plano de trabalho estabelecerá cotas de demanda e observará, além dos parâmetros e critérios constantes do artigo 6º, os demais fixados neste Ato.

Art. 9º Poderão ser indicados no plano de trabalho os servidores:

I - lotados nas unidades vinculadas à Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação do CSJT que participem da supervisão, gerenciamento ou integrem equipes de projetos voltados à evolução e/ou aperfeiçoamento do Sistema PJe aprovados pela Coordenação Nacional Executiva do PJe;

II - lotados na Coordenadoria Técnica do Sistema Processo Judicial Eletrônico que desenvolvam atividades pertinentes a implantação, evolução, desenvolvimento, manutenção, sustentação, suporte e operação do Sistema Processo Judicial Eletrônico.

Art. 10. A solicitação de autorização de plano de trabalho para servidores indicados para gerenciar ou participar de equipe de projeto, ou para servidores ocupantes de cargo em comissão, será avaliada previamente pela Coordenação Nacional Executiva do Sistema PJe.

Subseção I Da Cota de Demanda

Art. 11. A cota de demanda ordinária consiste na média da quantidade de demandas (issues) resolvidas pelas equipes da respectiva unidade nos 12 (doze) meses anteriores, apurada com base no histórico de resolução das demandas, calculada a cada seis meses sempre nos dias 1º de fevereiro e 1º de agosto, e será fixada observando-se os seguintes critérios:

I – a preferência das demandas mais antigas;

II – a prioridade estabelecida para a demanda;

III – o Valor Agregado da demanda.

§ 1º A antiguidade da demanda será definida pela data de sua abertura, independentemente de quando tenha ocorrido a primeira tramitação pelo fluxo de demandas.

§ 2º A prioridade da demanda corresponderá a sua urgência, consoante o disposto no Ato Conjunto TST.CSJT.GP nº 6, de 20 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre a Política de Suporte ao Sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe) instalado na Justiça do Trabalho.

Subseção II Do Valor Agregado das Demandas

Art. 12. Cada demanda terá um Valor Agregado (VA) calculado com base na multiplicação do seu Valor de Negócio e do seu Custo Técnico, de acordo com as respectivas classes.

Parágrafo único. O Valor de Negócio será atribuído pela Coordenação Nacional Executiva do PJe; e o Custo Técnico pela Secretaria, pela Coordenadoria Técnica do PJe ou pelo Supervisor da Seção.

Art. 13. A atribuição do Valor de Negócio e do Custo Técnico de Implementação de cada demanda será realizada considerando-se as variáveis da seguinte tabela:

Classe	Valor de Negócio	Custo Técnico
Muito baixo	0,5	0,5
Baixo	1	1
Médio	2	2
Alto	3	3
Muito Alto	4	4

Subseção III Da Fixação de Cotas Ordinária e Extraordinária

Art. 14. A cota extraordinária será fixada nos seguintes termos:

I – para cota extraordinária cheia, será associada cota de demandas concluídas por período, cujo Valor Agregado seja igual a 30% do Valor Agregado da cota ordinária;

II – para meia cota extraordinária, será associada cota de demandas concluídas por período, cujo Valor Agregado seja igual a 15% do Valor Agregado da cota ordinária.

§ 1º O limite total mensal do somatório da cota mensal extraordinária deve corresponder, no máximo, a 30% do número de demandas solucionadas pelo servidor ou pela equipe no mês correspondente à cota ordinária.

§ 2º Caberá ao Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicação do CSJT ou ao Coordenador Técnico do Processo Judicial Eletrônico estabelecer o tipo de cota extraordinária (semanal ou mensal) mais adequada para cada equipe, considerando as particularidades do trabalho desenvolvido.

CAPÍTULO III Da Autorização

Art. 15. A autorização prévia do Presidente é requisito para a prestação do serviço extraordinário.

Parágrafo único. A autorização, em qualquer caso, estará condicionada à disponibilidade de recursos orçamentários e financeiros.

CAPÍTULO IV

Do Controle, do Ateste e da Comunicação

Art. 16. O controle de frequência referente ao serviço extraordinário será realizado exclusivamente por meio de registro eletrônico de entrada e saída em coletor biométrico de impressão digital.

§ 1º Em caso de inexistência, inoperância ou indisponibilidade técnica e momentânea do registro eletrônico, poderão ser admitidos outros meios de comprovação, a exemplo do registro de controle de acesso às instalações prediais do Tribunal.

§2º As horas negativas existentes no sistema de controle do ponto eletrônico no mês anterior ao da prestação de horas extras serão deduzidas das horas de trabalho prestado.

Art. 17. Os titulares das unidades deverão atestar a realização da prestação de serviços extraordinários por meio do sistema eletrônico de controle de frequência até o terceiro dia útil do mês subsequente ao da prestação do serviço. (alterado pelo Ato Conjunto TST.CSJT.GP nº 4, de 2 de fevereiro de 2023).

§1º Em caso de indisponibilidade do sistema, o ateste deverá ser encaminhado de outra forma à unidade de pessoal responsável pela apuração de frequência, no mesmo prazo definido no caput.

§2º A unidade de pessoal responsável pela apuração de frequência consolidará os dados referentes às horas extraordinárias realizadas no mês anterior e os encaminhará à unidade de pagamento de pessoal para lançamento em folha.

Art. 18. A comunicação do cumprimento das cotas de processos fixadas no plano de trabalho relativo à análise de processos dos gabinetes dos ministros deverá ser feita mediante o preenchimento dos seguintes relatórios padronizados:

I – no “Relatório 1”, exclusivo para informações relativas aos servidores que desempenham atividade de exame de processos, deverão ser informados, em campos próprios, o nome e o código dos servidores e os números dos processos analisados semanalmente pelo servidor, referentes à cota semanal extraordinária, incluindo a informação da respectiva classe processual;

II – no “Relatório 2”, para os servidores que executam atividades administrativas de apoio, deverão ser preenchidos, em campos próprios, o nome e o código dos servidores.

§1º Os relatórios deverão ser encaminhados à Coordenadoria de Estatística e Pesquisa, por meio do e-mail cestp@tst.jus.br, devidamente atestados e assinados pelo responsável, conforme modelos previamente definidos pela aludida Coordenadoria, nos formatos de PDF e Excel, no segundo dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços extraordinários.

§2º Os relatórios que não estiverem de acordo com o padrão estabelecido serão devolvidos para os ajustes pertinentes.

§3º A Coordenadoria de Estatística e Pesquisa realizará o cotejo do percentual máximo de minutas de processos confeccionadas em regime de horas extras com o total de processos solucionados de que trata o § 2º do artigo 7º deste Ato. No caso de inconsistências ou de superação do percentual máximo fixado, as informações serão restituídas para as adequações necessárias.

§4º A Coordenadoria de Estatística encaminhará mensalmente à Divisão de Preparação de Pagamento de Pessoal, até o dia 7 do mês subsequente ao da prestação do serviço extraordinário, os relatórios aptos. (alterado pelo Ato Conjunto TST.CSJT.GP nº 4, de 2 de fevereiro de 2023).

§5º A retificação de informações deverá ser realizada por meio de relatório próprio, sendo vedado o encaminhamento num mesmo relatório das minutas elaboradas em meses distintos.

§6º A aferição do cumprimento das cotas de processos será semanal.

§7º A comunicação e o cumprimento das cotas de processos, na forma do presente dispositivo, não afastam a observância do disposto nos artigos 16 e 17.

Art. 19. A comunicação do cumprimento das cotas de demanda fixadas no plano de trabalho relativo ao aperfeiçoamento do PJe-JT deverá ser feita mediante o preenchimento mensal de relatório padronizado, de modo a evidenciar os identificadores das demandas resolvidas pelo servidor ou pela equipe à qual o servidor pertença, referentes à cota extraordinária, e outras informações gerenciais pertinentes.

§1º A Secretaria de Tecnologia da Informação do CSJT deverá providenciar o encaminhamento do relatório mensal à Secretaria-Geral do CSJT, devidamente assinado, até o 5º dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços.

§2º Na apuração do cumprimento das cotas ordinária e extraordinária poderá, a critério da Coordenação Nacional Executiva do PJe, ser deduzida a quantidade de demandas resolvidas cuja origem decorra de defeito gerado involuntariamente pelas equipes da respectiva unidade.

§3º A Secretaria de Tecnologia da Informação do CSJT (SETIC) realizará o controle da produtividade dos servidores lotados nas suas unidades subordinadas, dando ciência à Coordenação Nacional Executiva do PJe.

§4º A plataforma oficial para registro e acompanhamento de demandas será o software Jira/CSJT, acessível por meio do endereço <https://pje.csjt.jus.br/jira>.

§5º A comunicação e o cumprimento das cotas de demanda, na forma do presente dispositivo, não afastam a observância dos artigos 16 e 17.

CAPÍTULO V
Do Pagamento

Art. 20. O servidor terá direito ao pagamento apenas das horas extraordinárias que excederem a jornada de trabalho regular, considerados os afastamentos e as licenças previstos em lei e observados os limites estipulados no artigo 4º.

Art. 21. A base de cálculo do adicional de horas extras equivale à remuneração mensal do servidor, de acordo com o fixado em lei, incluindo-se a remuneração da função ou do cargo em comissão exercido.

Art. 22. O valor da hora extraordinária é calculado dividindo-se a remuneração mensal do servidor por 200 (duzentos), com os seguintes acréscimos:

I – cinquenta por cento em relação à hora normal de trabalho, quando prestado de segunda-feira a sábado; (alterado pelo art. 1º do Ato Conjunto TST.CSJT.GP nº 75, de 24 de outubro de 2022).

II – cem por cento, quando prestado em domingos e feriados, inclusive o recesso forense. (alterado pelo art. 1º do Ato Conjunto TST.CSJT.GP nº 75, de 24 de outubro de 2022).

Parágrafo único. O divisor para cálculo do salário-hora dos ocupantes de cargos com jornada de trabalho regulamentada em lei será o seguinte:

I – 150 (cento e cinquenta) para o servidor com jornada semanal de 30 horas;

II – 100 (cem) para o servidor com jornada semanal de 20 horas.

Art. 23. O pagamento do serviço extraordinário será efetuado na folha de pagamento do mês subsequente ao da efetiva prestação do serviço.

CAPÍTULO VI
Das Disposições Finais

Art. 24. Os casos omissos serão resolvidos pelo Presidente do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

Art. 25. Revoga-se o Ato Conjunto TST.CSJT.GP nº 22, de 28 de junho de 2018.

Art. 26. Este Ato entra em vigor no dia 18 de abril de 2022.

EMMANOEL PEREIRA
Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho
e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho

(* Republicado por força do ATO CONJUNTO TST.CSJT.GP Nº 18, de 24 de março de 2023.

Ato Conjunto TST.CSJT
ATO CONJUNTO TST.CSJT.GP Nº 19, DE 24 DE MARÇO DE 2023.

Altera o ATO CONJUNTO TST/CSJT Nº 3, de 1º de março de 2013, que uniformiza o Programa de Assistência Pré-Escolar no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho e da Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO E DO CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

considerando o disposto no item 9.4.4 do Acórdão nº 164/2023 - Plenário do Tribunal de Contas da União - TCU, que destacou a necessidade de adequação da expressão "pessoas com deficiência", consagrada tanto pelo Decreto Legislativo nº 186, de 2008, que aprovou com status de emenda constitucional a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, quanto pela Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, instituidora do Estatuto da Pessoa com Deficiência; e

considerando o constante dos autos do processo administrativo TST nº 6001521/2023-00,

R E S O L V E

Art. 1º O ATO CONJUNTO TST/CSJT Nº 3, de 1º de março de 2013, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 5º

§ 2º O benefício será concedido também ao dependente com deficiência de qualquer idade, cujo desenvolvimento biológico e psicomotor correspondam à faixa etária prevista no caput deste artigo.

.....”

“Art. 9º Quando se tratar de beneficiário com deficiência, apresentando desenvolvimento psicomotor correspondente à idade relativa à faixa etária de concessão do benefício, deverá ser apresentado atestado emitido por profissional de saúde competente informando essa condição.

.....”

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.
Publique-se.

LELIO BENTES CORRÊA
Presidente

ATO CONJUNTO TST/CSJT Nº 3, DE 1º DE MARÇO DE 2013* (Republicação)

Uniformiza o Programa de Assistência Pré-Escolar no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho e da Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO E DO CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando o disposto no art. 7º, inciso XXV, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, c/c os arts. 208, inciso IV, e 227, inciso I, da Constituição Federal; e no art. 54, inciso IV, do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990);

Considerando a decisão do Conselho Nacional de Justiça, nos autos do Procedimento de Controle Administrativo n.º 20081000033357, publicada em 15 de maio de 2009;

Considerando o disposto na Portaria Conjunta nº 5, de 5 de dezembro de 2011, do Conselho Nacional de Justiça, Tribunais Superiores, Conselho da Justiça Federal, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios,

RESOLVE:

Seção I Das Disposições Gerais

Art. 1º O Programa de Assistência Pré-escolar, no âmbito do Tribunal Superior do Trabalho e da Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus, obedecerá ao disposto neste Ato Conjunto.

Art. 2º O Programa de Assistência Pré-escolar destina-se aos dependentes dos magistrados e servidores em efetivo exercício nos Órgãos da Justiça do Trabalho, com o objetivo de subsidiar os meios necessários ao custeio dos serviços de berçário, maternal, jardim de infância e pré-escola ou assemelhados.

Parágrafo único. O Programa é extensivo aos dependentes dos servidores requisitados, removidos, cedidos, em exercício provisório e dos ocupantes de cargo em comissão, sem vínculo com a Administração Pública, condicionado o pagamento do benefício à existência de disponibilidade orçamentária.

Art. 3º A assistência pré-escolar tem por finalidade proporcionar, durante a jornada de trabalho dos magistrados e servidores, condições de atendimento aos seus dependentes, abrangendo:

I – educação anterior ao ensino fundamental, com vistas ao desenvolvimento de sua personalidade e a sua integração ao ambiente social;

II – condições para crescerem saudáveis, mediante assistência médica, alimentação e recreação adequadas;

III – proteção à saúde, por meio da utilização de métodos próprios de vigilância sanitária e profilaxia;

IV – assistência afetiva, estímulos psicomotores e desenvolvimento de programas educativos específicos para cada faixa etária; e

V – condições para que se desenvolvam de acordo com suas características individuais, oferecendo-lhes ambiente favorável ao desenvolvimento da liberdade de expressão e da capacidade de pensar com independência.

Parágrafo único. O atendimento às finalidades descritas neste artigo poderá ocorrer perante instituições de educação, públicas ou privadas, e/ou no ambiente residencial.

Art. 4º A assistência pré-escolar será prestada na modalidade indireta, que consiste no pagamento do valor do Auxílio Pré-Escolar, expresso em moeda corrente.

Seção II Dos Beneficiários

Art. 5º São beneficiários do Programa de Assistência Pré-escolar os dependentes dos magistrados e dos servidores do Tribunal Superior do Trabalho e da Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus, na faixa etária compreendida entre a data do nascimento e os cinco anos de idade, inclusive.

§ 1º Considera-se dependente para efeito da assistência pré-escolar:

a) o filho;

b) o enteado, desde que comprovada a responsabilidade e dependência econômica do magistrado ou do servidor; e

c) o menor que esteja sob a guarda ou tutela judicial do magistrado ou servidor.

§2º O benefício será concedido também ao dependente com deficiência de qualquer idade, cujo desenvolvimento biológico e psicomotor correspondam à faixa etária prevista no *caput* deste artigo. (redação dada pelo Ato Conjunto TST.CSJT.GP nº 19/2023)

§3º O estado de dependência deve ser habitual e contínuo.

Art. 6º É vedada a acumulação do benefício do Programa de Assistência Pré-escolar com outro de igual finalidade que o magistrado, servidor ou os outros responsáveis percebam, para o mesmo dependente, em entidade da Administração Pública, ainda que em regime legal de acumulação de cargo ou emprego público.

Parágrafo único. Na hipótese de acumulação legal de cargos, fica ressalvado o direito de opção para o recebimento do benefício.

Art. 7º Se os pais ou tutores da criança não constituírem o mesmo núcleo familiar, inclusive nos casos de separação judicial ou divórcio, o Auxílio Pré-Escolar será concedido em favor de quem mantiver a guarda do dependente ou que, mesmo não a tendo, esteja obrigado, por decisão judicial, a arcar com a integralidade das despesas escolares. (redação dada pelo Ato Conjunto TST/CSJT nº 17, de 7 de abril de 2016)

§1º O Auxílio Pré-Escolar será creditado ao magistrado ou servidor e, se outra pessoa for a favorecida final, o valor correspondente será repassado a quem de direito, observado o disposto no *caput*. (redação dada pelo Ato Conjunto TST/CSJT nº 17, de 7 de abril de 2016)

§2º Na hipótese do parágrafo anterior, o magistrado ou o servidor, para fins de inscrição no Programa, autorizará o repasse do Auxílio a quem de direito. (redação dada pelo Ato Conjunto TST/CSJT nº 17, de 7 de abril de 2016)

Seção III Da Habilitação e da Exclusão do Beneficiário

Art. 8º Para habilitar o dependente à fruição do benefício, o magistrado ou o servidor deverá apresentar:

I – requerimento próprio;

II - cópia da certidão de nascimento do dependente; e

III - declaração de que o dependente não usufruiu benefício de igual finalidade, custeado por entidade da Administração Pública.

§1º Se for o caso, deverá ser apresentada cópia do termo ou decisão judicial de guarda ou tutela.

§2º Para a inscrição de enteado, deverá ser apresentada certidão de casamento ou termo de união estável, bem como declaração de que o menor é dependente econômico do magistrado ou servidor.

§3º Nas hipóteses do art. 7º, deverá ser apresentada declaração, sob as penas da lei, de que os valores percebidos serão repassados mensalmente a quem esteja incumbido dos cuidados diretos da criança.

Art. 9º Quando se tratar de beneficiário com deficiência, apresentando desenvolvimento psicomotor correspondente à idade relativa à faixa etária de concessão do benefício, deverá ser apresentado atestado emitido por profissional de saúde competente informando essa condição. (redação dada pelo Ato Conjunto TST.CSJT.GP nº 19/2023)

§1º O atestado de que trata o *caput* será apresentado à unidade técnica competente que decidirá por sua homologação ou solicitará a realização de perícia oficial, às custas do Tribunal.

§2º A administração do Tribunal poderá solicitar a realização da perícia a que se refere o parágrafo anterior sempre que entender necessário para a verificação das razões da manutenção do benefício.

Art. 10. Não se exigirá, para a participação no Programa de Assistência Pré-escolar, comprovante de matrícula ou de pagamento de mensalidade à creche, instituição de ensino ou de atendimento pré-escolar.

Art. 11. O magistrado ou servidor deverá informar quaisquer alterações nas condições constantes do requerimento original.

Art. 12. O servidor removido, em exercício provisório ou cedido de órgão ou entidade da União, estados, municípios e Distrito Federal, com ônus para o Tribunal, poderá fazer opção para que o seu dependente usufrua o benefício no Tribunal onde esteja prestando serviços, desde que haja disponibilidade orçamentária, ou no órgão de origem.

Parágrafo único. No caso de opção pelo usufruto do benefício no Tribunal em que esteja lotado, o servidor deverá providenciar os documentos arrolados no art. 8º deste Ato.

Art. 13. O Auxílio Pré-escolar será devido a partir da data em que for protocolizado o requerimento da inscrição do dependente, não sendo pagos valores retroativos. (redação dada pelo Ato Conjunto TST.CSJT nº 9, de 27 de março de 2014)

Art. 14. O dependente deixará de fazer parte do Programa de Assistência Pré-escolar na data em que: (redação dada pelo Ato Conjunto TST.CSJT nº 9, de 27 de março de 2014)

I – completar 6 (seis) anos de idade cronológica ou mental;

II – ocorrer seu óbito;

III - (revogado pelo Ato Conjunto TST.CSJT.GP nº 1, de 27 de janeiro de 2021)

IV – o magistrado ou servidor responsável pelo benefício:

a) aposentar-se ou puser termo ao vínculo funcional com a Justiça do Trabalho;

b) entrar em licença ou afastamento não remunerados;

c) perder a guarda ou a tutela do menor; ou

d) solicitar o cancelamento do benefício.

§1º Na hipótese de o dependente completar 6 (seis) anos de idade e ficar impedido de ingressar no ensino fundamental, em razão de disposições do Conselho Nacional de Educação ou de outro órgão competente, o pagamento do benefício será realizado até o mês de dezembro do respectivo ano, mediante requerimento específico do magistrado ou servidor em que declare o referido impedimento, podendo a Administração, a qualquer tempo, solicitar comprovantes da permanência do dependente na pré-escola. (redação dada pelo Ato Conjunto TST.CSJT.GP nº 17, de 19 de outubro de 2015)

§2º O magistrado ou servidor deverá informar a ocorrência das situações descritas nos incisos II, III e IV, alínea “c”. (redação dada pelo Ato Conjunto TST.CSJT.GP nº 17, de 19 de outubro de 2015)

Seção IV Do Custeio do Programa

Art. 15. O Programa de Assistência Pré-escolar será custeado pelo Tribunal, com recursos consignados em dotação orçamentária própria. (redação dada pelo Ato Conjunto TST.CSJT nº 28, de 16 de julho de 2018)

§1º Os Tribunais deverão incluir na proposta orçamentária a previsão dos valores para o atendimento do Programa de Assistência Pré-escolar.

§2º (revogado pelo Ato Conjunto TST.CSJT nº 28, de 16 de julho de 2018)

§3º (revogado pelo Ato Conjunto TST.CSJT nº 28, de 16 de julho de 2018)

§4º (revogado pelo Ato Conjunto TST.CSJT nº 28, de 16 de julho de 2018)

§5º (revogado pelo Ato Conjunto TST.CSJT nº 28, de 16 de julho de 2018)

Art. 16. O benefício de que trata este Ato não se incorpora aos vencimentos para quaisquer efeitos, não constitui rendimento tributável, nem sofre incidência de contribuição para o Plano de Seguridade Social, na forma prevista no art. 4º, § 1º, inciso VI, da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.

Parágrafo único. A percepção indevida do Auxílio Pré-escolar acarretará a exclusão automática do Programa, a devolução obrigatória dos valores havidos irregularmente e a aplicação das penalidades legais cabíveis.

Seção V Das Disposições Finais

Art. 17. Os Órgãos da Justiça do Trabalho manterão sistema de acompanhamento do Programa de Assistência Pré-escolar que compreenderá:

I - o controle das informações dos beneficiados; e

II - a evolução mensal das despesas com o programa.

Art. 18. As despesas decorrentes da aplicação deste Ato correrão à conta de dotação orçamentária própria dos Tribunais, observados os termos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 19. Revogam-se o Ato nº 132/GDG.GP, de 16 de fevereiro de 1995, do Tribunal Superior do Trabalho, e o Ato CSJT nº 150, de 17 de setembro de 2009, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

Art. 20. Este Ato Conjunto entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Brasília, 1º de março de 2013.

Ministro JOÃO ORESTE DALAZEN
Presidente do Tribunal Superior do Trabalho
e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho

(ANEXO revogado pelo Ato Conjunto TST.CSJT nº 28, de 16 de julho de 2018)

(*) Republicado por força do ATO CONJUNTO TST.CSJT.GP Nº 19, de 24 de março de 2023.

Ato da Presidência CSJT
ATO CSJT.GP.SG Nº 25, DE 27 DE MARÇO DE 2023.

Autoriza a emissão de bilhetes de passagem aérea e o pagamento de diárias de viagem.

O **VICE-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO**, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

considerando o evento II Encontro de Servidores de Núcleos e Centros de Conciliação da Justiça do Trabalho, a ser realizado nos dias 13 e 14 de abril de 2023, no formato presencial, na sede do Tribunal Superior do Trabalho; e

considerando o teor do Processo Administrativo nº 6001638/2023-00,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a emissão de bilhetes de passagem aérea para o trecho Campo Grande/Brasília/Campo Grande e o pagamento de uma diária e meia de viagem, referente aos dias 12 e 13/4/2023, em favor da Ex.ma Sra. **DÉA MARISA BRANDÃO CUBEL YULE**, Juíza do Trabalho Substituta, do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região.

Art. 2º Autorizar a emissão de bilhetes de passagem aérea para o trecho Maceió/Brasília/Maceió e o pagamento de três diárias e meia de viagem, referente aos dias 12 e 15/4/2023, em favor da Ex.ma Sra. **ALDA DE BARROS ARAÚJO CABÚS**, Juíza Titular da 9ª Vara do Trabalho de Maceió - AL.

Art. 3º Autorizar a emissão de bilhetes de passagem aérea para o trecho Congonhas/Brasília/Congonhas e o pagamento de uma diária e meia de viagem, referente aos dias 13 e 14/4/2023, em favor do Servidor **LUIZ ANTONIO LOUREIRO TRAVAIN**, Analista Judiciário, do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.

Art. 4º Autorizar a emissão de bilhetes de passagem aérea para o trecho Belém/Brasília/Belém e o pagamento de duas diárias e meia de viagem, referente aos dias 12 e 14/4/2023, em favor da Servidora **CAROL AMARAL COSTA SAVINO**, Analista Judiciária, CJ-1, do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região.

Art. 5º Autorizar a emissão de bilhetes de passagem aérea para o trecho Porto Alegre/Brasília/Porto Alegre e o pagamento de uma diária e meia de viagem, referente aos dias 13 e 14/4/2023, em favor do Servidor **MARCOS PAULO MASSIRER BITENCOURT**, Técnico Judiciário, CJ-2, do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

Art. 6º Autorizar a emissão de bilhetes de passagem aérea para o trecho Petrolina/Brasília/Petrolina e o pagamento de duas diárias e meia de viagem, referente aos dias 12 e 14/4/2023, em favor do Servidor **BEMMERVAL AUGUSTO NOGUEIRA GOMES**, Técnico Judiciário, do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região.

Art. 7º Autorizar a emissão de bilhetes de passagem aérea para o trecho Congonhas/Brasília/Congonhas e o pagamento de uma diária e meia de viagem, referente aos dias 13 e 14/4/2023, em favor da Servidora **MARIA DA GRAÇA NAVARRO**, Analista Judiciária, CJ-3, do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.

Art. 8º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA
Ministro Vice-Presidente do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, no exercício da Presidência

ÍNDICE

Conselho Superior da Justiça do Trabalho	1
Ato	1
ATO CONJUNTO	1
Ato Conjunto TST.CSJT	7
Ato da Presidência CSJT	11